

Lourenço vincula 5 anos a reforma do Ministério

Após emendas, Constituinte é esvaziada

Terminada a fase de apresentação de emendas, a Constituinte dá uma parada esperando a votação no plenário, que começará no próximo dia 27 e onde se darão os acordos definitivos entre os três principais grupos suprapartidários — Centrão, Centrão e 32 — tiveram um intervalo e ontem mesmo vários parlamentares deixaram Brasília depois de uma quarta-feira de intensas conversações.

O senador Virgílio Távora (PDS-CE), membro do Grupo dos 32, é um dos únicos que continua na ativa nesses dias de marasma na Constituinte, após a fase de apresentação de emendas. Ainda ontem ele manteve um encontro com o senador Fernando Henrique Cardoso (PMDB-SP), membro do Centrão, dando continuidade a uma conversa que mantiveram na quarta-feira em torno de alguns pontos que ainda não são consensuais entre os grupos suprapartidários.

Virgílio Távora continua dizendo que há acordo na maior parte dos pontos do projeto de Constituição, e que as divergências serão superadas na fase de plenário, já que cada grupo apresentou sua emenda. Um desses pontos é a questão da demissão motivada: já está certo um acordo entre o Grupo dos 32, parte do Centrão e o PTB, em termo de uma emenda apresentada pelo líder Gastone Righi. A emenda prevê a estabilidade no emprego contra a demissão arbitrária, a ser definida por lei complementar, e mantém um artigo nas Disposições Transitórias, onde prevê que enquanto não for definida essa lei, os trabalhadores demitidos terão uma indenização de 50% sobre o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

Acordo possível

O deputado Roberto Jefferson (PTB-RJ) acredita que será possível um acordo em torno da emenda do seu partido, apesar das resistências de setores empresariais do Centrão e do Centrão. Ele prevê ainda que parte da esquerda poderá votar a emenda na mesma em que constatar que não poderá avançar mais, principalmente porque as outras propostas individuais propõem uma indenização de 30 a 40%.

No Centrão, o deputado Saulo Queiroz (PFL-MS) também está otimista. As várias propostas apresentadas no plenário convergiram para um consenso. O senador Virgílio Távora concorda e lembra que muitos dispositivos do Centrão estão contidos nas propostas do seu grupo. De acordo com ele, em muitos pontos deverá ocorrer um acordo igual ao da reforma agrária na Comissão de Sistematização, que hoje é praticamente consenso.

Cabral tem 7 dias para analisar texto

O relator da Comissão de Sistematização, deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), começou ontem a analisar as 2.045 emendas que foram apresentadas pelos constituintes até a última quarta-feira. Ele terá um prazo de sete dias para dar o seu parecer sobre os dispositivos sem entrar no mérito do texto. Auxiliam Bernardo Cabral neste trabalho oito relatores adjuntos.

Após essa fase a Constituinte dará dois dias para a publicação e distribuição do parecer do relator, nos dias 21 e 22. Em seguida os parlamentares terão mais três dias para apresentarem destaques das emendas apresentadas. O pedido de destaque dá direito que uma emenda seja apreciada em primeiro lugar, em detrimento a outras para um mesmo dispositivo do projeto. Cada constituinte terá o direito de apresentar 6 destaques.

No dia 26, os constituintes deverão apresentar requerimento de preferência, com 55 assinaturas, para a votação dos destaques. No caso das emendas com mais de 280 assinaturas haverá preferência automática, conforme já definido pelo regimento interno da Assembleia. Para destacar qualquer parte do texto e votar, em separado do seu conjunto, serão necessárias 187 assinaturas. O plenário começa no dia 27.

Projeto não muda e frustra críticos

Os secretários de finanças estaduais estiveram reunidos durante todo o dia de ontem em Brasília, discutindo um projeto inexistente. Depois de passarem quase meia hora formulando críticas ao projeto de reforma tributária, que, segundo estavam informados, seria do Centrão, os secretários descobriram que houve diversas modificações no projeto que eles tinham em mãos, o que invalidava a reunião e as críticas.

O tributário está normal. Eu conversei com o deputado Francisco Dornelles e ele me disse que muito do que foi aprovado anteriormente (subcomissões, comissões temáticas e Sistematização) havia sido mantido", disse o deputado José Serra (PMDB-SP), quase no final da entrevista coletiva.



Maciel (ao fundo) não conseguiu aprovar as prévias na reunião da Executiva do partido

Novo sistema pode estar na pauta da viagem de Ulysses

Rubem de Azevedo Lima

A viagem do presidente do PMDB, da Câmara e da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, a Minas, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, como primeira etapa de um programa de visitas a todos os estados, antes da votação da futura Constituição brasileira, era considerada ontem, na Assembleia, consequência do pedido de preferência para a emenda dos cinco anos de mandato ao presidente José Sarney.

Ulysses justificou sua viagem como argumento de que iria agradecer aos governadores desses estados, e dos outros a que pretende comparecer, o apoio de todos eles à Assembleia Constituinte e à tese de dinamização dos trabalhos constitucionais.

Mas, como a demonstração de força do Centrão, no apoio aos cinco anos para Sarney, assustou os presidencialistas, alguns constituintes simpáticos a esse sistema de governo admitiam a hipótese de evoluir para o parlamentarismo, caso não seja possível reduzir-se para quatro anos de mandato do atual presidente.

Dentro dessa linha de raciocínio, admitia-se que Ulysses estivesse começando a articular o parlamentarismo junto aos governadores do PMDB, procurando alternativa para o possível agravamento das tensões políticas no País, devido à aprovação dos cinco anos para Sarney. De outra parte, a solução parlamentarista poderia contribuir para evitar o aprofundamento das divisões do PMDB. Um dos constituintes que faziam especulações em tal sentido era o deputado Jaime Santana, do PFL maranhense, ele próprio presidencialista.

Do ponto de vista político, a aprovação dos cinco anos de mandato e a eventual instauração imediata do parlamentarismo beneficiam Ulysses, cujo nome é considerado imbatível na Assembleia, como candidato a primeiro-ministro. O dirigente do PMDB mostrou boa vontade para com o Centrão, prorrogando, por cinco horas, o prazo de entrega das

emendas do grupo à secretaria da Constituinte. Adversários de Ulysses asseguram até, com ironia, que o presidente da Assembleia, além disso, liberou diversos de seu correligionários, para assinarem a emenda em favor dos cinco anos, fato que ninguém confirmava.

O certo é que apesar do impacto na Constituinte pelos partidários do mandato de cinco anos, não faltava ali quem ainda acreditasse na reversão desse fato, nos próximos dois meses. Nesse período, o Governo Sarney — com base no apoio da maioria dos constituintes à sua permanência no poder até o final de 1989 — teria, portanto, um mínimo de condições para definir novos rumos à sua administração. Se a situação não se alterar, notadamente no tocante à impopularidade do Presidente, em razão de seus erros, os constituintes que apoiam a preferência para a emenda dos cinco anos ficarão desobrigados de aprová-la no plenário da Assembleia, em abril próximo.

Eram tantos os constituintes que acreditavam nessa hipótese, sob o argumento de havê-la apreendido entre os próprios centristas, que alguns parlamentares também a associavam às viagens inesperadas de Ulysses aos estados. O presidente da Constituinte jantaria, ontem à noite, com o governador de Minas, Newton Cardoso, considerado o principal baluarte do mandato de cinco anos para Sarney. Os mineiros do PMDB e do PFL, à exceção apenas dos peemedebistas dissidentes, haviam assinado em massa a preferência para a emenda dos cinco anos. Um dos signatários, o deputado Milton Reis, velho amigo de Ulysses, secretário-geral do PMDB, apresentou, ainda, proposta de emenda segundo a qual o mandato de Sarney termina em 31 de dezembro de 1989, dois meses e meio antes dos cinco anos de Governo. Tal proposta, para muitos constituintes, demonstra disposição para posteriores entendimentos e novos acordos sobre o assunto. O fato mais importante no episódio, fora a surpreendente aglutinação de grupos adversários na política mineira.

Josemar Gonçalves



Ulysses diz que não tem conhecimento amplo sobre quem apoiou

Deputado desmente contatos

O presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, desmentiu ontem informações de que vinha sendo contactado por constituintes que teriam assinado a emenda do deputado Matheus Lensen (PMDB-PR), estabelecendo o mandato de cinco anos para o presidente Sarney, mas que não iriam votar a favor da proposta em plenário.

O deputado Aírton Sandoval (PMDB-SP) já declarou que assinatura não é voto, ao explicar que, assinando a emenda, não garante que será favorável à questão no momento de votá-la.

Para o deputado Ulysses Guimarães, inexistem rumores de possíveis constituintes que em plenário não votarão na emenda por eles assinada. "Sobre isso, eu não sei...", disse o deputado, informando que nem mesmo possuía conhecimento amplo de quem havia ou não assinado a emenda coletiva defendendo cinco anos para o presidente Sarney. "Não tive quaisquer informações desse nível e nem constituintes que me procuraram para falar sobre isso", garantiu o presidente da Constituinte.

O líder do governo na Câmara, deputado Carlos Sant'Anna (PMDB-BA), entretanto, está certo de que todos aqueles que assinaram a emenda continuarão favoráveis a ela no momento de votação em plenário. O líder não acredita nem mesmo que os parlamentares possam ser influenciados por governadores defensores de quatro anos para o Presidente.

Josemar Gonçalves

Gerson Menezes

"Se você quer ver o Sarney fora do Governo vote isso agora", reagiu agitado o líder do PFL na Constituinte, deputado José Lourenço (BA), quando o deputado Gilson Machado (PFL-PE) entrou em seu gabinete, ontem, para tentar convencê-lo a aderir à proposta de inversão da pauta da Constituinte, de modo que se vote primeiro a duração do mandato presidencial e o sistema de Governo. Lourenço deixou claro, ao reagir à proposta, que o presidente Sarney só assegurava mandato de cinco anos caso promova uma ampla reforma ministerial que beneficie o Centrão.

"Existem ministros que não refletem a expressão da base parlamentar do Governo", afirmou Lourenço em seguida, enquanto Gilson Machado comunicava que pretende encaminhar formalmente a proposta de inversão à Mesa da Constituinte, apesar da discordância de seu líder. Para José Lourenço, se o atual sistema fosse parlamentarista "o Governo já teria caído". Mas, como é presidencialista, consegue se manter, embora com "base parlamentar instável".

Garantia

"Nós demos o campo a Sarney. Agora falta ele armar o jogo", declarou o líder pefelista, referindo-

PFL mantém prazos para as convenções

A Executiva Nacional do PFL, reunida ontem, decidiu manter as datas das convenções do partido, o que inviabiliza, na prática, a ideia de se fazer uma "prévia" para a escolha do candidato do partido à Presidência da República junto com as convenções municipais, que serão realizadas no dia 28 de fevereiro. As convenções estaduais foram mantidas no dia 10 de abril e a Nacional no dia 15 de maio.

O tema das "prévias" não chegou sequer a ser discutido durante a reunião, segundo o secretário-geral do PFL, deputado Saulo Queiroz (MS), uma vez que essa consulta às bases já está praticamente descartada para um prazo tão curto. A ideia de fazer as prévias junto com as convenções municipais é do presidente do PFL, senador Marco Maciel, mas tem a oposição do ministro Aureliano Chaves, virtual candidato, que acha precipitado consultar as bases antes que a Constituinte defina a duração do mandato de Sarney e a forma de Governo.

Definições

O deputado Saulo Queiroz informou que o projeto das prévias, que ele ficou encarregado de elaborar, já está pronto, mas traça apenas "critérios" sem fixar datas para realização da consulta às bases. As prévias são de que ela seja realizada somente após a Constituinte definir, em primeiro turno, a duração do atual mandato presidencial e forma de Governo.

Na próxima terça-feira, o PFL deve realizar nova reunião para que o deputado Eraldo Tinoco (BA) apresente um relatório sobre as emendas apresentadas à Constituinte, em sua fase de votação em plenário. A partir desse relatório, será discutida a posição que o partido deve tomar em relação a essas emendas, de modo a assegurar uma postura em defesa do liberalismo e em consonância com a linha programática do PFL.

Pela consulta

O governador Max Freitas Mauro disse não ter ainda uma posição definida sobre a tese defendida pelos históricos do partido de rompimento com o Governo Federal. No entanto, adiantou que gostaria que os governadores fossem consultados pelo partido, antes da reunião do Diretório Nacional, para decidir sobre o assunto. A justificativa de Max é de que a situação de um constituinte é bastante diferente que a do governador, daí a necessidade de uma consulta aos governadores.

Menor adesão

A emenda ao título de Ordem Econômica foi o projeto do Centrão que obteve o menor número de assinaturas de apoio — 283 —, segundo o anúncio ontem o coordenador de mobilização do grupo, deputado Dazo Coimbra, ao final de conferência feita pelo manhã, nos computadores do Centrão.

Mas, no hora de entrega, esse título chegou à Secretaria geral da Mesa da Constituinte com 313 assinaturas. A possibilidade de o número de manifestações de apoio repetidas invalidar todo o trabalho do grupo tirou o sossego das lideranças do Centrão nos momentos finais que antecederam a entrega das emendas.

Ossos do ofício

"Em princípio eu era a favor dos quatro anos, mas diante do patrulhamento e dos ossos que me jogaram, agora eu sou capaz de votar pelos cinco anos para o presidente Sarney", desabafou ontem o mais votado (50 mil e 777 votos) deputado federal do PDT gaúcho, João de Deus Antunes, informado com a decisão da sua bancada de pedir sua expulsão do partido, por ter assinado emenda do Centrão em favor dos cinco anos. A decisão definitiva da sua expulsão só ocorrerá na reunião de hoje da Executiva Nacional, no Rio de Janeiro.

Prisco vê "tendência clara"

Porto Alegre — O ministro da Habitação e Urbanismo, Prisco Viana, afirmou ontem, que as 317 assinaturas de apoio à emenda estabelecendo cinco anos de mandato para o presidente José Sarney mostram uma "tendência inquestionável e clara em favor desta duração". Lembrando que a maior parte dessas assinaturas veio de parlamentares do PMDB, Prisco fez duras críticas ao grupo dos Históricos, que segundo ele, "têm uma retórica de oposição, mas pragmaticamente são do Governo pois há pessoas indicadas por eles que detêm posições importantes".

Respondendo ao senador Fernando Henrique Cardoso (PMDB-SP) que o acusou de ser um dos agentes do clientelismo e do fi-

siologismo do Governo, o ministro disse que o parlamentar paulista manifestava uma "frustração, pois sua retórica não domina o partido". Na opinião de Prisco, "a maioria do PMDB deseja dar suporte político ao Governo". No entanto, o ministro descartou qualquer hipótese de favorecimento em troca do apoio ao mandato de cinco anos.

"O presidente Sarney não discrimina ou faz retaliação em relação às posições políticas", assegurou. Também, acreditando na vitória do presidencialismo na votação da Constituinte, Prisco Viana condenou as manifestações de pessimismo sobre a situação política e econômica do País.

Covas mantém esperança

O líder do PMDB na Constituinte, senador Mário Covas (SP), assegurou ontem que a tese do mandato de quatro anos para o presidente José Sarney continua sendo maioria na Casa, apesar da emenda dos cinco anos ter sido apresentada com 317 assinaturas.

Segundo Covas, em muitos casos as assinaturas obtidas pela emenda Matheus Lensen não correspondem à intenção de votos dos parlamentares que a subscreveram. Na avaliação da liderança, apenas as 119 subscrições dentro do PFL e as 12 no PTB estão comprometidas com os cinco anos. Nos demais partidos, as assinaturas não significam adesão à tese.

Na próxima semana, o líder do PMDB vai consultar as demais lideranças partidárias na Constituinte para avaliar a possibilidade de obter um acordo, a fim de votar o mandato do presidente Sarney e o sistema de Governo logo que for iniciado o processo de votação do projeto de Constituição pelo plenário da Casa. Em seguida, o senador deverá convocar uma nova reunião da sua bancada para discutir o assunto, já com a posição de cada partido.

Mais forte A seu ver, o desgaste do Governo Sarney hoje favorece à proposta de quatro anos. Mas Covas prevê que a partir de março a emenda pela eleição pre-



Líder prevê sua vitória

sidencial em 88 terá mais força ainda. Ele explica que a partir daquele mês começarão os dissídios coletivos entre empregados e patrões, que deverão criar maior grau de insatisfação dentro da sociedade brasileira.

"Os quatro anos ganham hoje como ganharam na Comissão de Sistematização, quando todos também apostavam na vitória da tese dos cinco anos, acredita o líder. Para ele, mesmo que, com o avançar dos meses, o desgaste do Governo favoreça à proposição de eleições para Presidente da República este ano, o mandato de Sarney deve ser fixado logo, já que suprimiria um dos pontos mais polêmicos da Constituinte.

Deputados admitem que podem rever posições

"A minha assinatura para que Sarney fique cinco anos não quer dizer nada. Posso evoluir para os quatro anos". O aviso, dado ontem pelo deputado Amaral Neto, no momento em que o deputado Matheus Lensen desfilava pelo Salão Verde da Câmara recebendo aplausos e tapinhas nas costas pela apresentação da sua emenda, foi a melhor ilustração para o clima da Constituinte um dia após encerrado o prazo para as emendas. O entusiasmo de deputados como Carlos Sant'Anna e José Lourenço era confrontado com declarações como as de Amaral Neto e Adilson Motta (PDS-RS), que afirmava ter assinado todas as emendas que apareceram à sua frente, mas não se comprometia com nenhuma.

E, para demonstrar que o mandato presidencial só será decidido mesmo no dia da votação, o deputado Nilson Gilbson (PMDB-PE) saudou Matheus Lensen com um sonoro "parabéns, meu líder", negando em seguida que, em algum momento tenha preconizado um mandato de quatro anos para Sarney. Há menos de um mês, o parlamentar dizia o contrário, se o governador Miguel Arraes lhe pedisse, ele estava pronto a votar por um mandato de quatro anos para o presidente da República. Agora, ele diz que se o general Leônidas Pires Gonçalves, ministro do Exército, é favorável a eleições gerais no próximo ano, ele concorda.

Percebendo em plena comemoração de seu sucesso como patrocinador de emenda que a batalha mal se iniciou o deputado Matheus Lensen começou logo à tarde a trabalhar pela ideia de antecipar para o início da votação do projeto de Constituição a decisão sobre o mandato presidencial. "É preciso saber se o Dr. Ulysses concorda, mas eu vou lutar por isso", anunciava ele, admitindo que se a duração do mandato ficar para ser votada no meio do ano, até lá pode ser diluído o entusiasmo que hoje absorve os parlamentares que assinaram sua emenda.

"É bom que esse assunto fique logo definido. Se o mandato for votado imediatamente, teremos até mais de 320 votos em plenário, mas se ficar para depois, não sei não", dizia o parlamentar, contando em seguida sobre sua "alegria cristã" de se juntar a Sarney. Sempre em tom comemorativo ele almoçou em companhia do deputado João de Deus (PDT-RS) também evangélico, e associava sua vitória à obtenção de 317 assinaturas, à força positiva dos deputados eleitos por igrejas. "Os evangélicos costumam ter um grande respeito pela autoridade institucional", dizia o parlamentar, testemunhando o apoio de todos a Sarney. Fogaça sustentava que "as assinaturas obtidas por Matheus Lensen não garantem nada, em termos de mandato, a Sarney". Para o senador, o mandato presidencial depende dos fatos políticos e econômicos que ainda estão em desenvolvimento.